



## “Precisa anotar tudo nesse caderninho?”: reflexões sobre construções textuais no Jornalismo e na Antropologia<sup>1</sup>

Mariana Pitasse Fragoso<sup>2</sup>  

Universidade Federal Fluminense

### Resumo

Este artigo tem como objetivo comparar formas de escrita próprias do Jornalismo e da Antropologia a fim de discutir distâncias e aproximações entre as duas construções textuais. Busco, com isso, pensar sobre o desenvolvimento de uma etnografia e de uma notícia ao detalhar processos de escolha, de montagem e de edição que apontam como se apresentam questões metodológicas na rotina das duas práticas. As reflexões partem de minha experiência como jornalista e como antropóloga. Assim, o material empírico é um desdobramento de minha tese de doutorado – fruto da observação participante e das reflexões do meu caderno de campo – e também da sequente pesquisa desenvolvida em meu pós-doutorado.

### Palavras-chave

Antropologia. Jornalismo. Etnografia. Notícia. Texto. Metodologia.

---

1. Pesquisa financiada pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) Processo nº SEI-260003/020141/2022.

2. Jornalista, doutora em Antropologia e pesquisadora de pós-doutorado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (PPGA-UFF). É integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Antropologia do Direito e das Moralidades (GEPADIM) do Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC-UFF).

**“Do you need to write everything in this notebook?”: reflections on textual constructions in Journalism and Anthropology**

**Abstract:** This article aims to compare typical Journalism and Anthropology writing to discuss similarities and dissimilarities between the two textual constructions. I seek to think about the development of an ethnography and a report by detailing processes of choice, assembly and editing that point out how methodological questions are presented in the routine of both practices. The analyzes are based on my personal processes of text construction in both Journalism and Anthropology areas. In this way, the empirical material of this work is part of the results of my Ph.D; the result of active observation and reflections registered in my field notes, and of the subsequent research that is being developed during my post-doctoral training.

**Keywords:** Anthropology. Journalism. Ethnography. News. Text. Methodology.

**“Hay que anotar todo en el cuadernito?”: reflexiones sobre construcciones textuales en el Periodismo y en la Antropología**

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo comparar formas de escritura propias del Periodismo y de la Antropología a fin de discutir distancias y aproximaciones entre las dos construcciones textuales. En ese sentido, busco pensar sobre el desarrollo de una etnografía y de una noticia al detallar procesos de selección, montaje y edición que señalan cómo se presentan cuestiones metodológicas en la rutina de las dos prácticas. Las reflexiones parten de mi experiencia como periodista y como antropóloga. De esa manera, el material empírico trabajado es un producto de parte de mi tesis de doctorado – fruto de la observación participante y de las reflexiones de mi cuaderno de campo – y también de la investigación subsecuente desarrollada durante el posdoctorado.

**Palabras clave:** Antropología. Periodismo. Etnografía. Noticia. Texto. Metodología.

## Introdução

“Precisa anotar tudo nesse caderninho?”. Esse foi um dos questionamentos feitos por um militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)<sup>3</sup>, que eu tentava entrevistar para uma reportagem para o jornal *Brasil de Fato*<sup>4</sup>, mas que relutava em dar o seu depoimento porque não confiava em compartilhar comigo detalhes de sua história. Apesar de estar na posição de jornalista na ocasião, o episódio serviu

---

3. A partir da Constituição de 1988, fica determinado a desapropriação da grande propriedade de terra improdutiva no Brasil em razão do interesse público e do respeito à função social, como, por exemplo, a desapropriação da terra para fins de reforma agrária ou para a criação de reservas ecológicas. Nesse momento, organizações, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), se formam no país para reivindicar o direito. O MST definiu o seu primeiro encontro realizado em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel, estado do Paraná, como a data de sua fundação. Nestas mais de três décadas de existência, o MST conviveu com diferentes conjunturas da questão agrária e política do país. Por essas características ficou reconhecido como um dos principais movimentos sociais brasileiros, como aponta Fernandes (1999).

4. Lançado em 2003, no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, o Brasil de Fato é um veículo de comunicação organizado por diversos movimentos sociais do chamado de “Campo popular”, capitaneados pelo MST, e que inclui a Consulta Popular, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Levante Popular da Juventude. Com 20 anos de existência completos em 2023, passou por diversas alterações neste período e conseguiu reservar seu espaço entre a audiência dos veículos de comunicação alternativa do país.

de material para importantes reflexões que compuseram minha tese de doutorado em Antropologia. Isso porque a questão colocada pelo entrevistado caberia se eu estivesse exercendo minha outra posição, a de antropóloga.

Na ocasião, além da pergunta, escutei diversos comentários, desse e de outros entrevistados, sobretudo que indagavam o que eu faria com as informações a que estava tendo acesso, consideradas “delicadas” por eles. Durante uma entrevista, diferente da que citei anteriormente, me chamou atenção a provocação feita por outro militante: “Por que anotar? Não consegue guardar na memória?”. Eu respondi que seria impossível reproduzir o que ele me contava sem gravador, se não anotasse. Me preocupava em juntar informações e falas que faltavam para compor a matéria. Não quaisquer falas, mas as que seriam representativas, que teriam impacto para o texto final que eu orquestrava em minha cabeça, conforme avançava no processo de “apuração”<sup>5</sup>, a partir do que considerava como informações centrais para a matéria.

Durante uma conversa informal, após uma refeição, um dos entrevistados condensou, em tom de brincadeira, a desconfiança contida nas perguntas que haviam sido feitas: “Já pensaram que ela pode estar espionando?”, disse em meio a risadas. A desconfiança sobre a maneira como construiria a reportagem existia ainda que estivesse me apresentando como jornalista de um veículo de comunicação construído pelo próprio MST, que trabalhava em uma reportagem com objetivo de contar as histórias dos militantes que enfrentavam processos judiciais que os responsabilizavam por mobilizações organizadas pelo movimento. Portanto, uma reportagem que tinha a preocupação de partir do ponto de vista dos militantes.

Nesse sentido, minha presença não estava completamente assegurada por eu ser jornalista do *Brasil de Fato* e, muito menos, passava despercebida mesmo quando não perguntava nada. O contato estava sendo observado e significado a todo momento, como bem observa Diego Zenobi (2010), em análise de um episódio similar durante sua pesquisa de campo.

Longe de permanecer como uma realidade fechada em si mesma ou como um meio para obter informação, o trabalho de campo afeta as relações sociais analisadas e é por elas afetado. Sob tais circunstâncias, os pressupostos das correntes de corte epistemológico positivista que pretendem um pesquisador neutro, mero observador não conflitivo diante de uma realidade externa tornam-se uma quimera (Zenobi, 2010, p. 483).

---

5. Apuração é o termo que designa no jornalismo o processo de “coleta” e “checagem” de informações para construção da reportagem. Para o pesquisador Juarez Bahia (1990, p. 40), “a apuração é o mais importante para a notícia, da mesma forma como a notícia é o mais importante para o jornalismo (...) É o processo que antecede a notícia e que leva à formulação final do texto”.

O trecho descrito pelo autor também é importante para estabelecer uma ponte com o trabalho de campo antropológico. Como disse, o episódio mencionado poderia ser transposto para uma experiência em que eu estivesse assumindo o papel de etnógrafa. O fato de que o antropólogo – e o jornalista – se interessem por divulgar informações sobre um contexto social já é um importante elemento que pode colaborar para gerar inquietações. Recuperando o vínculo conflitivo que estabelecemos com nossos “interlocutores” – no jornalismo, com nossas “fontes”<sup>6</sup> – ao tentar produzir conhecimento sobre suas vidas, “não é estranho que diversos pesquisadores em outros contextos tenham sido acusados de ser espíões” (Zenobi, 2010, p. 490).

Seja um antropólogo durante a pesquisa de campo, seja um jornalista na rua apurando uma notícia, ambos se destacam e geram desconfiança ao se aproximarem para observar e/ou fazer perguntas, muitas vezes acompanhados de um caderninho, um bloco de notas ou um gravador. À primeira vista, as práticas podem ter aproximações que as fazem ser colocadas no “mesmo saco” por diversas vezes pelos “interlocutores” ou pelas “fontes” com a alcunha de “espíões”, no entanto, têm objetivos e práticas bastante distintos.

Em outro episódio, anos depois do que iniciei contando neste artigo, já durante a pesquisa de campo que desenvolvi no doutorado, portanto enquanto estava assumindo o papel de antropóloga, conversava com outro militante do MST que se tornou um interlocutor durante uma entrevista e novamente fui questionada sobre o meu caderno de anotações. Entre uma resposta e outra, ele ratificava: “Cuidado com o que vai anotar aí nesse caderninho”.

Desta vez, diferente do primeiro relato, o caderninho era meu “caderno de campo”<sup>7</sup> e nele eu não fazia anotações para tentar reproduzir sua fala na íntegra, mas destacava alguns pontos-chave do assunto. Primeiro porque ele apontava que o conteúdo da sua fala era sigiloso, portanto, eu não poderia reproduzir. Segundo

---

6. No jargão jornalístico, “fonte” quer dizer de onde vêm as informações que constroem a notícia. Pode ser um entrevistado ou uma base de dados. Na maior parte das vezes, se refere aos entrevistados. As classificações e nomenclaturas das fontes de notícias por pesquisadores e nos manuais de redação são diversas. A Folha de S. Paulo (2010: 37-38), por exemplo, distingue quatro classes de fontes: “tipo zero”, são enciclopédias, documentos, vídeos, que “prescindem de cruzamento” com outras fontes; “tipo um”, com “histórico de confiabilidade” e fala com conhecimento de causa, estando “próxima do fato que relata e não tem interesses imediatos na sua divulgação”, sendo que jornal admite publicar informações de fonte desse tipo sem checagem; “tipo dois”, tem os atributos da fonte “tipo um”, menos o histórico de confiabilidade, por isso a Folha recomenda que a informação seja cruzada com pelo menos mais uma fonte; e o “tipo três”, tido como a de menor confiabilidade, sendo “bem informada, mas tem interesses (políticos, econômicos etc.)”.

7. Meio de depositar as memórias da pesquisa de campo, o caderno de campo é instrumento essencial no ofício do antropólogo. As anotações contidas nele servem como um instrumento de reflexão, direciona a pesquisa, permite visualizar retrospectivamente as lacunas.

porque com o caminhar da pesquisa eu já havia entendido que o dado importante dentro desse contexto não era a informação sigilosa em si, mas o que significava a informação sigilosa, ou seja, o que ela dizia sobre esse grupo de militantes e a estrutura do movimento.

Dessa maneira, o caderninho de anotações, as entrevistas e a presença em campo geram incômodos comuns no contato com as “fontes” ou “interlocutores” que aproximam as práticas de jornalistas e de antropólogos. No entanto, são profissionais com objetivos, métodos e visões de mundo bastante distintos. As experiências em campo e os questionamentos colocados nos episódios que escolhi contar aqui me fizeram pensar que a principal diferença está expressa no que o jornalista e o antropólogo procuram com o que perguntam e observam no contato com as pessoas. Portanto, uma diferença que norteia outras diferenças entre as duas práticas: de enfoque, de objetivo, de duração, de concepção, de tratamento. Afinal de contas, cada um dos profissionais é formado por códigos, modos de pensar, objetivos e valores distintos.

No caso do jornalista, perpassa por um olhar pré-moldado pelos enquadramentos da notícia, sobretudo no caso das notícias diárias, as chamadas *hard news*<sup>8</sup> que têm o modo de produção marcado pelo tempo imediato. Como ratifica a pesquisadora Isabel Travancas, “o antropólogo não corre atrás do tempo como o jornalista, não tem um *deadline*<sup>9</sup> tão apertado, nem o trabalho de campo está restrito há algumas horas. Há o tempo da pesquisa e da escrita, e entre eles há o tempo da reflexão” (2002, p. 12).

O antropólogo, por sua vez, não está livre das visões estereotipadas e ideias preconcebidas, no entanto, sua formação e o tempo com que desenvolve a pesquisa são ferramentas que permitem distanciar e estranhar o que parece familiar para construir suas análises. Nas palavras de Roberto Da Matta (1978, p. 4), movimento que faz parte da trajetória antropológica de transformar o “exótico em familiar e o familiar em exótico”. Em visão complementar Gilberto Velho detalha:

---

8. As *hard News*, como a própria tradução indica, são notícias duras. Na definição de Gay Tuchman (1978), são as notícias que marcam a essência do jornalismo por serem aquelas de interesse geral e relevância social. Quanto ao formato, as *hard news* são construídas a partir do modelo tradicional de texto jornalístico, que pretende demonstrar objetividade e imparcialidade.

9. *Deadline* é uma expressão em inglês que significa o prazo final para conclusão de uma reportagem ou trabalho jornalístico. Em regra, o *deadline* está relacionado com a periodicidade da organização jornalística para veicular e atualizar o conteúdo produzido. Nos jornais impressos diários, o jornalista precisa produzir até o horário estipulado previamente para entregar o material para gráfica imprimir. Importante ressaltar, segundo lembra o pesquisador Carlos Eduardo Franciscato (2003, p. 324), que “a lógica da produção de notícias em fluxo contínuo em alguns suportes midiáticos rompe com o *deadline* tradicional e impõe uma disponibilização da notícia que implica no uso de técnicas de produção e recursos discursivos de afirmação pública do ‘novo’ a curtos intervalos no tempo da emissão, mesmo que à custa de uma fragmentação do evento”.

Em princípio dispomos de um mapa que nos familiariza com os cenários e situações sociais de nosso cotidiano, dando nome, lugar e posição aos indivíduos. No entanto, isso não significa que conhecemos o ponto de vista e a visão de mundo dos diferentes atores em uma situação social e nem as regras que estão detrás dessas interações, dando continuidade ao sistema (2013, p. 73).

Nesse sentido, na formação em Antropologia, o processo de estranhar o familiar se torna possível, segundo Gilberto Velho, quando se confrontam diferentes versões e interpretações. O autor não quer dizer confronto no sentido de colocar contra parede ou de duvidar do que dizem as pessoas, mas no sentido de pensar sobre conflitos e disputas para ajudar a desenhar os contornos de diferentes grupos, ideologias, interesses e moralidades. Para isso, é necessário analisar com distanciamento os episódios, as situações sociais.

As reflexões que apresento aqui sobre as duas práticas não partiram apenas dos episódios que já contei, elas foram motivadas como desdobramentos da pesquisa que deu origem à minha tese de doutorado em Antropologia, em que assumi uma híbrida condição, de antropóloga e de jornalista. Trata-se de uma circunstância que, devido à profundidade de meu envolvimento, colocou desafios difíceis de serem superados – sobretudo no que diz respeito ao desconforto inicial de “produzir o campo e produzir para o campo” (Aguião, 2014, p. 119), já que, em alguma medida, colaborei para a construção e funcionamento do jornal *Brasil de Fato* em que o lócus da pesquisa se situou.

O método etnográfico<sup>10</sup>, portanto, é edificador das análises deste artigo. Além do contato e conversas com os interlocutores de pesquisa, um dos pontos-chave para a construção dessas reflexões são as observações sobre os modos de escrever no Jornalismo e na Antropologia, pensados enquanto escrevia os capítulos da tese – e também da sequente pesquisa desenvolvida em meu pós-doutorado. Ao refletir sobre a maneira de orquestrar os textos, desde os embrionários rabiscos nos caderninhos de anotação e de campo, penso também sobre suas estruturas e as escolhas feitas pelos jornalistas e antropólogos sobre o que cabe em cada um dos casos para compor a notícia e a etnografia – um exercício de reflexividade, próprio da pesquisa antropológica.

---

10. Pensado a partir do que Mariza Peirano (2008) ratifica: não só como método e como construção de teoria. Para a pesquisadora, muitas vezes a etnografia parece mais entendida apenas como metodologia, embora não seja só isso, “mas a própria teoria vivida (...) No fazer etnográfico, a teoria está, assim, de maneira óbvia, em ação, emaranhada nas evidências empíricas e nos nossos dados” (*Idem*, 2008, p. 3). Dessa forma, no ideal da construção de uma etnografia, a teoria e a prática são inseparáveis.

## 1 Lide, enquadramento e padrão: as bases do texto jornalístico

Muitas vezes é difícil encontrar um ponto de partida na escrita. Por isso, não são raros os momentos em que a tela do computador fica em branco. Ou então que parece complicado cruzar os pequenos parágrafos que se desenham de forma emperrada – em grande parte das ocasiões com dúvidas sobre o que e de que forma escrever, seja como registro das vivências em campo, seja como estratégia de apresentação e análise dos dados, para desenvolver uma nova narrativa.

Não é um equívoco chamar de narrativa a construção dos textos científicos ou jornalísticos que escrevo: o caminho percorrido é uma escolha narrativa – talvez esse seja um dos principais pontos de encontro entre os dois. A etnografia é uma narrativa alinhavada a partir da descrição. As reportagens são narrativas criadas a partir de um processo de produção estruturado através das “pautas”<sup>11</sup>. Nenhum dos dois gêneros deixa de trazer elementos da realidade (ainda que seja socialmente fabricada), mas ao mesmo tempo são percursos construídos a partir de um olhar particular. Tanto as etnografias quanto as reportagens são construídas a partir de ofícios distintos.

Como jornalista, tenho método de escrita assimilada com a técnica da profissão. Ainda na faculdade de Jornalismo, as disciplinas práticas de redação jornalística são organizadas como oficinas de escrita dos principais gêneros que um jornalista pode produzir ao longo da carreira. Essas aulas, muitas vezes, remetem não só ao esquema textual, mas também à pressão e ao ambiente de trabalho das redações de jornal, em que os textos têm horário de entrega limitado pelo *deadline*. Além das disciplinas, as experiências dos estudantes de jornalismo em estágios fora da universidade também fazem parte da formação técnica para a escrita.

Como regras básicas, somos ensinados, antes de iniciar o texto, em pensar a notícia com a estrutura de uma pirâmide invertida, ou seja, o que é mais relevante, de acordo com os “critérios de noticiabilidade”<sup>12</sup>, fica no topo, enquanto as outras informações compõem o restante dos parágrafos. Dessa forma, o que é essencial estar em

---

11. A pauta é a orientação que os repórteres recebem descrevendo que tipo de reportagem será feita, com quem deverão falar, onde e como. Nesse sentido, como lembra a pesquisadora Cristiane Brum Bernardes (2011, p. 54), “antes mesmo da coleta das informações, os jornalistas fazem escolhas e apontam os caminhos que a cobertura seguirá. Dentro da rotina produtiva diária, a pauta é a fase de preparação dos repórteres, início do processo de seleção dos fatos que serão relatados”. O processo de produção envolve não apenas quem produz as pautas, mas quem a executa e quem edita o material depois de pronto.

12. Aqui noticiabilidade tem sentido próximo do que argumenta Mauro Wolf (2003), como todo e qualquer fator potencialmente capaz de agir no processo da produção da notícia, desde características do fato, julgamentos pessoais do jornalista, cultura profissional da categoria, condições favorecedoras ou limitantes da empresa de mídia, linha editorial do veículo, qualidade do material (imagem e texto), relação com as fontes e com o público, fatores éticos e ainda circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais.

primeiro plano integra o “lide”<sup>13</sup> – expressão aportuguesada do inglês “lead”, que quer dizer primeiro, guia, o que vem na frente, ou o primeiro parágrafo do texto jornalístico. É onde o texto se inicia e apresenta as informações consideradas “fundamentais”, no vocabulário nativo dos jornalistas, para responder às famosas, nesse ambiente, perguntas: “O quê?”, “Quem”, “Onde?”, “Quando?”, “Como?” e “Por quê?”.

Em seguida, se organizam os parágrafos posteriores, que têm o objetivo de explicar o modo como se dá o que foi apresentado no “lide”. De modo geral, os jornalistas dizem que a notícia é construída a partir de um esquema imaginado em que é possível organizar previamente o que se vai dizer. Antes mesmo de o texto tomar forma, muitas das vezes, o “lide” já está esquematicamente moldado no papel ou na cabeça do jornalista de acordo com as respostas dos entrevistados ou do que se consegue apurar de “dados” oficiais ou extraoficiais para compor a reportagem.

Nas redações de jornal em que trabalhei, as editoras a quem reportava tinham modos de interação comuns quando contavam pontos que destacavam como importantes das entrevistas ou coberturas das pautas. Uma delas costumava responder: “Já tem seu lide”, como quem diz “trabalho feito”, a outra, muitas vezes, enfatizava: “Vá direto ao lide”, parafraseando “Vá direito ao ponto”. Eram formas semelhantes de indicar que importava a celeridade da conversa e, conseqüentemente, da elaboração dos textos, além de me apontar que eu deveria saber de antemão, ou seja, antes de começar a escrever, as informações centrais por meio das quais eu desenvolveria o texto.

O historiador Robert Darnton (1990) chama esse movimento de uma “elaboração prévia” da notícia. Segundo o autor, “[...] a redação de notícias é fortemente influenciada por estereótipos e concepções prévias sobre o que deve ser ‘a matéria’. Sem categorias preestabelecidas do que constitui a notícia, é impossível classificar a experiência” (Darnton, 1990, p. 92).

Esse esquema de elaboração de uma notícia não se dá de forma completamente aleatória como parece sugerir Darnton. Ele tem como base um corpo teórico que passa principalmente pelos “critérios de noticiabilidade”, que citei anteriormente. Um desses critérios está estabelecido nos “valores-notícia”. Segundo o sociólogo Robert Park (1976), esta é uma categoria que credita importância aos temas e torna possível identificar o que é ou não notícia de acordo com o lugar, relevância e o interesse do público. Para ele, o mais expressivo dos “valores-notícia” é a proximidade com o público: “o lei-

---

13. O *lide* tradicional surge por uma necessidade de padronização da notícia. Nessa tentativa de padronização, a organização do texto passou a ser norteado segundo a informação que é considerada principal nos padrões jornalísticos, a mais importante é destacada no momento em que o jornalista produz seu texto. Mas como destaca a pesquisadora Regina Alves Codeseira (2005), existem variações de lides que se diferem do modo de produção tradicional por privilegiar o envolvimento com o leitor e não com a “informação principal”.

tor comum lerá uma coluna e meia de itens de duas ou três linhas a respeito dos homens e coisas da sua cidade antes de ler um artigo de uma coluna, por mais anunciado que tenha sido nas manchetes” (Park, 1976, p. 175).

Park é um autor celebrado por quem estuda Jornalismo no campo teórico como um dos pioneiros da pesquisa na área – quando deslocada dos Estudos de Mídia e da Comunicação. Ele propôs que o Jornalismo fosse estudado com o *status* de instituição social. Com esse argumento e pensamento esquemático ganhou espaço cativo nas aulas de teoria do Jornalismo.

No entanto, o que Park está tentando enquadrar dentro de um conceito, que se assemelha a um “manual de redação”, ou um “como fazer” do jornalismo, não é um todo moldado e acabado. Ainda que se tenham parâmetros teóricos e não aleatórios para determinar o que é ou não notícia, o que deve ou não ser destacado sobre determinado tema, há uma adequação a outros critérios próprios do modo de produção jornalístico. Esses podem ser fatores internos à redação de um jornal ou portal de notícias, mas também de fatores externos, em argumento defendido pela pesquisadora Gislene Silva (2004). Vale lembrar que essa é uma divisão teórica feita pela autora para fins de problematização, pois, na prática do jornalismo, ambos os conjuntos são manejados de forma concomitante durante toda a rotina produtiva.

No primeiro conjunto de fatores, definidos por ela como internos à redação, as rotinas produtivas levam em conta alguns elementos como: os valores-notícia; a urgência (ou não) da publicação; a operacionalidade (disponibilidade de recursos humanos, financeiros, materiais e de tempo); e até a competição com outros acontecimentos no próprio espaço do jornal. No segundo conjunto, de fatores externos, estão: o público; a concorrência no mercado noticioso; os anunciantes; a relação com os outros campos, principalmente com o político; e a relação com as fontes de informação. Todos estes fatores implicados na prática comprovam que o campo jornalístico apresenta uma “autonomia relativa”<sup>14</sup> (Bourdieu, 1997, p. 49).

Um ponto a ser destacado dentro desses fatores é que a crença socialmente compartilhada da “utilidade da notícia” dá ao veículo de comunicação e aos jornalistas autoridade para definir os temas que serão tratados, como aponta o antropólogo Edilson Márcio Almeida da Silva (2010). No entanto, essa autoridade está relacionada também às condições de recepção do discurso, ou seja, aos interesses que o leitor tem em deter-

---

14. Para Pierre Bourdieu (1997), é necessário compreender que o jornalismo é uma atividade de autonomia reduzida. Isso decorre da ausência de regras claras de produção, de proteção contra os desvios, falsificações etc. quanto ao processo e produtos da atividade. A fragilidade dessas regras permite que o campo seja invadido pelo campo econômico e político, com seus interesses e regras específicas, desfazendo qualquer norma de produção midiática em constituição.

minadas temáticas. Dessa maneira, há um exercício constante em estabelecer pontos de contato dos interesses do veículo de comunicação e seu público-alvo. Esse movimento é definido pelo autor como “construção de afinidade ideológica, (...) fundindo por meio de uma espécie de assimilação mútua do seu discurso no dele e vice-versa” (Silva, 2010, p. 154). Se aproxima do que Jesús Martín-Barbero (2004) descreve como um processo que produz significações, em que o receptor não é mero decodificador do que o emissor colocou na mensagem, mas também produtor.

Um adendo importante, que não cabe ser alongado neste espaço, mas é necessário ser citado para uma discussão atualizada sobre o fazer jornalístico, é a relação com as novas mídias, que acrescenta complexidades à escolha dos temas que se tornam notícia. Como destaca o pesquisador José Imar Petrola (2022), com a internet há uma maior indiferenciação entre os espaços reservados para o jornalismo e para o entretenimento. Isso acontece, segundo o pesquisador, porque no ambiente on-line busca-se manter entretido pelo máximo de tempo possível o olhar do consumidor. “O próprio mapeamento de interesses e padrões de comportamento dos usuários sustenta uma indústria lucrativa (Bucci, 2021), o que, cada vez mais, estimula que toda comunicação, inclusive o jornalismo, tente fisgar e manter a atenção do leitor” (Petrola, 2022, p. 9).

Outro fator que se relaciona com os outros dois anteriores, de modo simultâneo, e que merece notoriedade neste debate, é a subjetividade do jornalista. Esse é um fator deixado de fora, muitas vezes, nas análises teóricas sobre o fazer jornalístico. Acredito que pela tradição moldada pela objetividade e imparcialidade, que continua influenciando até os estudos mais recentes sobre o Jornalismo e também os códigos que moldam os manuais de redação. Um trecho do último Manual da Redação publicado pela Folha de S. Paulo (2001) condensa justamente essa ideia ao reconhecer que o mito da objetividade, ao mesmo tempo em que a define como um objetivo.

Não existe objetividade em jornalismo. Ao escolher um assunto, redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções. Isso não o exime, porém, da obrigação de ser o mais objetivo possível. Para relatar um fato com fidelidade, reproduzir a forma, as circunstâncias e as repercussões, o jornalista precisa encarar o fato com distanciamento e frieza, o que não significa apatia nem desinteresse (Folha de São Paulo, 2001, p. 28).

Ainda que não seja admitida com todas as letras, a subjetividade do jornalista conta também no processo de escolhas temáticas e abordagens para determinados assuntos dentro da logística de produção. Como ratifica a pesquisadora Isabel Travancas, é estabelecida uma relação, um contrato, entre o veículo e seu público, em que está implícito que o público concorda ou pelo menos aceita o filtro seletivo realizado diaria-

mente pelos jornalistas – filtro esse que produz um modo de leitura da realidade social. Vale ressaltar que esse contrato a que se refere Travancas não está dado, mas em constante negociação. Durante a pandemia de Covid-19, por exemplo, o jornalismo passou por forte perseguição no Brasil – e em outros países – motivada por discursos políticos e notícias falsas<sup>15</sup> que abalaram a credibilidade de jornalistas e de grandes veículos de comunicação. Cito o episódio para exemplificar que esse acordo não é aceito de maneira passiva, mas está em disputa.

A meu ver, a notícia é um produto das complexas interações que constituem a vida social. Dentro de um amplo universo de fatos ocorridos, os jornalistas estabelecem critérios que determinarão quais destes fatos serão vistos como notícias e, conseqüentemente, divulgados. No tempo e no espaço, ao longo da história da própria imprensa, estas definições vêm se transformando, mas continuam sendo concepções simbólicas socialmente construídas. A notícia estará sempre ancorada em um critério de classificação, em uma taxonomia que os jornalistas compartilham, da mesma forma que seus leitores, ouvintes e telespectadores (Travancas, 2010, p. 95).

Nesse sentido, como destaca a autora, o jornalismo produz discursos em condições particulares e estas não são nem cultural, nem socialmente neutras, ainda que nem sempre os jornalistas enfatizem este aspecto. Em outras palavras, assim como assinala Darnton, a escrita jornalística é pautada em grupos de referência que podem variar de repórter para repórter e de matéria para matéria:

Os jornalistas (...) escrevem pensando em toda uma série de grupos de referência: seus preparadores, seus diversos editores, seus diferentes grupos de colegas na seção de Cidades, as fontes e objetos de seus artigos, os repórteres de outros jornais, seus amigos e parentes e grupos de interesses específicos. A prioridade desses leitores pode variar de repórter para repórter e de matéria para matéria. Eles podem exercer demandas rivais e contrárias sobre o jornalista. Este pode até achar impossível reconciliar a concepção da matéria que recebe do editor que distribui as tarefas, o editor de Cidades, o editor noturno de Cidades, o preparador do texto e seus colegas (Darnton, 1990, p. 94).

---

15. Em um relatório produzido para a Unesco, as pesquisadoras Julie Posetti e Kalina Bontcheva (2020) caracterizam nove temas como os mais frequentes associados à “desinfodemia” em cenário mundial, entre eles, está o descrédito a jornalistas e a veículos de notícias. Os materiais identificados no documento incluem calúnias contra jornalistas e insultos em campanhas de desinformação menos visíveis, cuja meta seria enfraquecer a confiança em notícias comprovadas. Para Posetti e Bontcheva (2020, p. 5), os ataques a jornalistas durante a pandemia estariam associados a retaliações pela cobertura crítica de políticos e Estados. Cabe destacar que, em diversos momentos da pandemia no Brasil, o presidente da República Jair Bolsonaro (2018-2021) e seus apoiadores desacreditaram as medidas sanitárias e atacaram os veículos de comunicação por vocalizarem a importância dessas medidas, como destacam os pesquisadores Marcia Rodrigues Lisboa e Allan de Gouvêa Pereira (2022, p. 34).

Em outra passagem na qual disserta sobre o título do capítulo do mesmo livro em que trata sobre a prática do jornalismo, a partir da descrição de sua breve experiência como jornalista, Darnton relembra um grafite rabiscado nas paredes da sala de imprensa na delegacia de Manhattan que dizia: “Toda notícia que couber, a gente publica”. A mensagem poderia querer dizer que os artigos só são publicados no jornal se houver espaço, mas para Darnton também poderia expressar uma verdade mais profunda: as matérias jornalísticas precisariam “caber” em concepções culturais prévias relacionadas com a notícia, portanto, se relacionar com a subjetividade do jornalista que está escrevendo o texto.

Uma das definições básicas (e muito discutidas) para jornalistas do que se torna notícia é: uma atividade, ação ou acontecimento da ordem do imprevisível. No entanto, o jornalismo, em sua produção, acaba por “rotinizar” a própria dinâmica social, através do enquadramento em acontecimentos de tipos ideais. Para João Carlos Correia (2004), as normas de seleção do que se torna notícia resultam de um esquematismo pré-determinado para captar os “fatos” que acontecem de forma “aleatória” na sociedade. O “enquadramento”, segundo o autor, atravessa toda a rotina produtiva e se materializa nos discursos. Nesse sentido, muitas vezes, a formação prática dos jornalistas pode desenvolver um repertório de imagens estilizadas, clichês e frases feitas que moldam a sua maneira de escrever.

## **2 Entre arestas e emendas: as molduras do texto etnográfico**

Um texto etnográfico não é finalizado com a rapidez de um texto jornalístico, portanto, tem outro tempo e forma de escrita. Ele vai sendo esculpido, alterado, ampliado com as próprias reflexões dos autores, orientadores, colegas e/ou com as sugestões que recebe dos interlocutores.

Lembro bem de quando esboçava os primeiros textos, tentando me situar na área da Antropologia, e pedi a revisão de um deles a uma amiga, antropóloga com experiência que já havia terminado seu doutorado há alguns anos. Ela me respondeu com uma série de sugestões dizendo que “estavam bom para começar, mas ainda não finalizado”. Tenho na memória, sobretudo, a angústia que sentia em querer terminar, colocar um ponto-final quando sabia que o que havia estruturado como relevante para aquele texto já estava escrito, assim como fazia com os textos jornalísticos. Levei um tempo para aceitar que o processo era outro.

Outro ponto importante a ser ressaltado é que a escrita etnográfica, em contraste com a jornalística, não tem lições técnicas de “como fazer”. Ainda que existam hoje oficinas e artigos sobre a construção da escrita acadêmica nas Ciências Humanas – que

se multiplicaram no período da pandemia no ambiente online –, não há um método estrutural do texto etnográfico. De modo geral, muito do material disponível sobre construção do texto etnográfico tem enfatizado, nos últimos anos, a descrição e os aspectos emocionais, como as dificuldades, impasses e inseguranças dos pesquisadores<sup>16</sup>. Sem dúvidas, não há um formato para se construir um texto etnográfico. Por sua natureza dependente dos aspectos observados no campo através do olhar do antropólogo que o constrói, se desenvolve de maneira particular, caso a caso.

O caderno de campo, nesse sentido, pode ser considerado uma primeira etapa da escrita, uma fase inicial do que se entende a partir da pesquisa empírica. Nas palavras de José Guilherme Cantor Magnani (1997), ele carrega uma certa conotação de “coisa de iniciante”: opõe-se ao livro – este sim, “definitivo”. Também evoca e supõe um estado de aprendiz, daquele que, por nada saber, tudo anota, não deixa passar nada. Talvez por esse caráter inicial, o caderno de campo se tornou um ambiente mais confortável para me dedicar à escrita dentro deste universo.

É através do caderno de campo que a teoria e a prática começam a ser alinhavadas para construção da etnografia. Mariza Peirano pondera que muitas vezes a etnografia parece entendida apenas como método, embora não seja só isso, “mas a própria teoria vivida (...) No fazer etnográfico, a teoria está, assim, de maneira óbvia, em ação, emaranhada nas evidências empíricas e nos nossos dados” (Peirano, 2008, p. 3). Dessa forma, no ideal da construção de uma etnografia, a teoria e a prática são inseparáveis. Como lembra a antropóloga Urpi Montoya Uriarte (2012), fazendo referência aos autores clássicos Clifford Geertz e Bronisław Malinowski, antes de ir à campo, é preciso nos informar de todo o conhecimento produzido sobre a temática e o grupo a ser pesquisado; já no campo, é preciso olhar e nos guiar disciplinados pela teoria; ao voltar e escrever, pôr em ordem os fatos e emoldurar em uma teoria interpretativa. O campo antropológico supõe, portanto:

Não apenas ir e ver ou ir e pegar amostras, mas algo mais complexo: uma observação sistemática, uma interlocução efetiva (língua nativa), uma mistura de aliança, cumplicidade, amizade, respeito, coerção e tolerância irônica (CLIFFORD, 1999, p. 94). Ou seja, o trabalho de campo antropológico consiste em estabelecer relações com pessoas (Uriarte, 2012, p. 5).

---

16. Entre as oficinas online, está o “Curso de escrita acadêmica”, organizado pela professora Rosana Pinheiro-Machado, em 2021, e disponibilizado durante o período de isolamento social que tenta delinear aspectos esquemáticos da escrita acadêmica, mas também questões da hora da escrita que não são apenas técnicas e se localizam sobretudo no bem-estar do pesquisador na hora de escrever. No entanto, não está focado na etnografia. O blog da professora Karina Kuschnir é outro exemplo, mas com elementos que discutem aspectos emocionais, éticos e o envolvimento com a pesquisa antropológica.

Nas definições metodológicas mais tradicionais, como lembra Uriarte, os antropólogos garantem que afirmar que “o campo é perpassado pela teoria não significa dizer que ele está submetido a ela. Por definição, nesse sentido, a realidade supera sempre a teoria” (2012, p. 2). Na avaliação de Jeanne Favret-Saada (2005), o que caracterizaria a prática antropológica seria essa formação para “ser afetado” por outras experiências.

(...) quando um etnógrafo aceita ser afetado, isso não implica identificar-se com o ponto de vista nativo, nem aproveitar-se da experiência de campo para exercitar seu narcisismo. Aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada. Mas se acontece alguma coisa e se o projeto de conhecimento não se perde em meio a uma aventura, então uma etnografia é possível (Favret-Saada, 2005, p. 160).

Em uma definição mais clássica, a Antropologia é apontada como campo de estudos que se dedica a pensar sobre as diferenças e o antropólogo, por sua vez, é o pesquisador que se debruça nos estudos sobre esse “outro”. O método etnográfico, por sua vez, seria um mergulho profundo e prolongado na vida cotidiana desse outro que se quer apreender e compreender. Ao ler essa frase, me parece que os antropólogos conseguem “vender o peixe” com mais floreios que os jornalistas. A Antropologia, quando definida por antropólogos, encontra razões mais poéticas para sua existência, enquanto o Jornalismo, definido pelos jornalistas, aparece justificado por questões mais duras e urgentes – seja pela responsabilidade com a “verdade”, seja pelo poder da informação. Certa vez escutei de um professor de Antropologia sobre o exercício de “se colocar no lugar do outro”, ou seja, a empatia como parte integrante da prática etnográfica e de sua escolha por ser antropólogo. Também tive uma experiência com um chefe de redação de um jornal diário em que trabalhei que dizia não se imaginar fazendo outra coisa da vida porque o jornalismo o havia fizado pelo “compromisso de noticiar a realidade”.

A antropóloga Marilyn Strathern (2013) compara a construção do texto etnográfico justamente com uma ficção persuasiva. Isso quer dizer que não adianta só elaborar o texto e apresentar a pesquisa, mas que os leitores têm que ser convencidos da existência de uma verossimilhança, por isso os antropólogos buscam estratégias discursivas que façam com que os leitores acessem a experiência que está sendo descrita.

Preparar uma descrição requer estratégias literárias específicas, a construção de uma ficção persuasiva: uma monografia precisa estar arranjada de tal maneira que possa expressar novas composições de ideias. Essa se torna uma questão sobre sua própria composição interna, a organização da análise, a sequência pela qual o leitor é introduzido a conceitos, o modo como as categorias são justapostas ou os dualismos são invertidos. Dessa forma, quando o escritor escolhe (di-

gamos) estilo “científico” ou “literário”, ele assinala o tipo de ficção que faz; não se pode fazer a escolha de evitar completamente a ficção (Strathern, 2013, p. 45).

Nesse sentido, para a autora, é como se “o desejo literário e persuasivo fosse inerente à produção de todo texto. O texto etnográfico, por sua vez, é literário porque busca certo efeito sobre o leitor” (Strathern, 2013, p. 397). No entanto, ainda que busque um certo efeito, a autora defende que não deve jamais ser submetido a distorções visando a produção de efeitos particulares.

É uma escolha e uma montagem de recortes de informações, que se transformam em dados de pesquisa. Assim como argumenta Clifford Geertz, “fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de ‘construir uma leitura de’) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos” (Geertz, 1989, p. 20).

Em visão complementar, como bem resume a antropóloga Soraya Silveira Simões (2015) em artigo que discute o papel do pesquisador na construção de uma etnografia das margens, o etnógrafo é um tipo de pesquisador que vai “ao encontro do mundo” e nesse encontro, a partir das interações, constrói a pesquisa.

Um mundo que existe na ação. E é em um conjunto de interações que o etnógrafo tem a matéria de seu trabalho, o seu “dado empírico”. Ele interage com outras pessoas, e a materialidade do seu próprio corpo e a concretude de seus gestos, palavras e ações também constituem a pesquisa na medida em que engajam os seus interlocutores. Nesse sentido, eu gosto sempre de pensar que a etnografia é um método que ensina e educa o pesquisador para a atenção. O etnógrafo, em sua prática, tem a ocasião de desenvolver os seus sentidos – olfato, paladar, tato, visão e audição – para os significados que os convocam e tornam relevantes aspectos do mundo que pretende conhecer. Nesse processo do fazer – a pesquisa etnográfica –, opera-se uma educação para a atenção ao mundo do outro (Simões, 2015, p. 52).

E é na fase da escrita que o trabalho de descrição é concretizado e o texto etnográfico toma forma. É quando as observações se concretizam e é delineada a etnografia. É quando as informações se transformam em dados de pesquisa. Nesse sentido, para construir uma etnografia, é preciso ir a campo para procurar as questões que vão moldar o que vai se configurar como texto final.

Para escrever, é preciso provocar um distanciamento que permita olhar para todo o material reunido com as experiências de campo e produzir as análises. Depois de ter contato com as pessoas, as informações e as entrevistas, esse distanciamento é o que permite selecionar as experiências e transformá-las em episódios que seriam descritos e examinados para construção da etnografia.

Portanto, escrever é o processo que nos faz encontrar sentido nos “dados”. Antes da escrita, eles vão sendo pensados e construídos sem uma ordenação e, muitas vezes, parecem não ter lógica. Geertz (2005) aponta que a análise da pesquisa etnográfica é feita em duas etapas bem distintas: a primeira, que seria a fase do antropólogo “estando lá”, ou seja, em campo; e a segunda, que corresponderia à experiência de trabalhar “estando aqui”, quer dizer, no ambiente natural do pesquisador. A primeira fase seria constituída por “olhar” e “ouvir”, enquanto a segunda corresponderia ao processo de organização da descrição a partir do “escrever”, o que edifica a teoria. E se “olhar” e “ouvir” podem ser considerados atos cognitivos mais preliminares no trabalho de campo, “escrever” é o que dá status de configuração final ao trabalho e o faz atingir a mais alta função cognitiva (Cardoso de Oliveira, 1996).

### 3 Distâncias e aproximações

A partir dessas e de outras distâncias e aproximações entre as formas de escrita, é possível pensar que desenvolver uma etnografia ou uma notícia é muito mais do que praticar gêneros textuais distintos. É perpassar por processos que detalham escolhas, montagem, edição e apontam como se apresentam questões éticas na rotina das duas práticas.

Dessa forma, a atividade da escrita tem uma estrutura que se torna basilar na prática, salvo algumas adaptações, mas faz com que um texto jornalístico seja construído e, ao final, enquadrado como uma notícia. Essa estrutura tem raiz comum esquemática sobretudo no caso das notícias diárias, as *hard news*, o que, portanto, apresenta para a tarefa da escrita um norteamento a ser seguido.

Mesmo que existam diferentes estilos de reportagem – que encontraram variações com o tempo, o lugar e o caráter de cada jornal, ou mesmo nas tradições culturais dos países – o modo norte-americano de redigir notícias é diferente do modo europeu, e deixou herança no modo brasileiro. Ainda que o texto final tenha formato influenciado pela subjetividade de quem o escreveu, há um formato de produção textual da notícia – que explica também o porquê de eu ter pensado, a partir da minha formação, em “padrões” de prática e escrita para opor a construção de uma notícia a de uma etnografia.

Enquanto jornalista, durante o processo de formação como antropóloga, pude perceber vários aspectos do processo da escrita etnográfica que mais se distanciam da escrita jornalística do que se aproximam e, por isso, me causaram uma série de estranhamentos. O mais elementar deles é justamente a distância entre o momento da pesquisa de campo e da escrita que citei no parágrafo anterior. No caso do jornalismo diário, por exemplo, os momentos da “apuração” das informações e da escrita da repor-

tagem são imediatamente sequenciais por conta do caráter urgente do noticiário. No caso da etnografia, ainda que haja um registro prévio no caderno de campo, a elaboração do texto propriamente dito passa por diversas etapas antes de ser edificado, uma delas compreende o distanciamento, processo que tratei na abertura deste artigo.

Outro aspecto que se soma aos estranhamentos diz respeito ao uso da primeira pessoa. No texto jornalístico, ainda que esteja mais presente do que já foi, o uso da primeira pessoa ainda é exercício na maior parte das vezes reservado à gêneros de “opinião”, como as crônicas e os artigos, ou em redações de jornais que se inspiram na tradição do jornalismo alternativo norte-americano<sup>17</sup>, chamado “novo jornalismo”<sup>18</sup>. A terceira pessoa é regra estabelecida nas disciplinas de graduação em Jornalismo que ensinam sobre a construção dos textos noticiosos e nos manuais de redação dos grandes jornais brasileiros. Isso porque, para o jornalismo, é importante fabricar uma impressão de “objetividade” para justificar sua existência “imparcial” – que é pautada na ideia de que se “preza” por todos os lados envolvidos em determinado acontecimento. No texto etnográfico, por outro lado, é assumido de antemão que a objetividade é um mito e, portanto, há um ponto de vista específico de onde partem e como são desenvolvidas as pesquisas.

Mais um aspecto que posso destacar – e que se relaciona com o anterior – é a natureza particularizada do texto etnográfico. É a partir da descrição que se constrói uma etnografia. Muitas vezes me peguei em dúvida se apresentava elementos demais ou de menos, porém, com o tempo pude perceber que é preciso descrever muito alguns episódios que, ao olhar leigo, podem não querer dizer muito, mas dizem. É justamente a descrição a ferramenta que desnaturaliza, explica e expõe a observação do pesquisador e que sustenta seu argumento.

Nas palavras de Soraya Simões (2015), a etnografia é uma interpretação que acontece nos seus mais variados momentos e andamentos, portanto, o trabalho do etnógrafo não busca “revelar”, pois se ocupa do que “é dado ver”. Por isso, segundo a autora, não se pode atribuir à etnografia um horizonte explicativo: sua tarefa é mais modesta e esclarecedora, é situada, ou seja, histórica. “Não basta termos estado lá e agora estarmos aqui com as nossas lembranças, pois a descrição não consiste em uma ‘coleta’. A escrita que vai dar conta do trabalho empírico realizado deve dar conta das circunstâncias nas quais as observações foram feitas” (Simões, 2015, p. 53).

---

17. A exemplo do portal de notícias *The Intercept Brasil*, que é uma versão brasileira de um veículo de comunicação dos Estados Unidos. Também a revista *Piauí* utiliza uma primeira pessoa discreta, em seus textos, a exemplo da *The New Yorker*, nos Estados Unidos.

18. Como destaca Alberto Dines (2001, p. 89), nos meios intelectuais norte-americanos “fabricou-se uma nova escola: o ‘Novo Jornalismo’ (...) O novo jornalismo preconizado é um velho estilo de escrever, adaptado ao que produzem aqueles intelectuais e seus companheiros, entre a crônica, a reportagem e o depoimento. Não é uma nova concepção para o jornal, nem uma nova linha de trabalho ou atitude profissional”.

Na reportagem, por outro lado, é preciso pretender criar um apelo amplo na audiência para justificar o tema tratado. Ainda que seja um caso particular, sua contextualização é o que dá força à notícia. Por isso a validação desse gênero se dá a partir do uso de “dados” disponibilizados por órgãos oficiais e avaliações de “especialistas” sobre determinados temas.

Dentro desse contexto, escrever em estilo etnográfico significou me desobrigar de aplicar regras que estão enraizadas no meu cotidiano e me afastar do que fui ensinada a fazer e do que pratiquei ao longo dos últimos anos como jornalista. Consequentemente, desenvolver uma etnografia é muito mais do que escrever em outra linguagem. É, sobretudo, parte do processo constante de desnaturalização, estranhamento e distanciamento.

### Considerações finais

Neste artigo, procurei analisar as distâncias e aproximações entre a prática jornalística e a antropológica a partir da minha experiência nas duas áreas de atuação. Não porque eu decidi que faria isso expressamente pelo exercício da comparação, mas porque, como ressalté na **Introdução**, as reflexões foram construídas a partir da pesquisa de campo, que realizei exercendo as duas atividades de modo simultâneo. Essas reflexões foram sendo edificadas a partir das anotações do caderno de campo e, depois, se condensaram ao mesmo tempo em que me dediquei à escrita dos capítulos da minha tese.

Não à toa. O momento da escrita é justamente a parte do trabalho etnográfico em que as conversas, reflexões e observações da pesquisa de campo são organizadas para tomar forma de dados da pesquisa e, portanto, gerar reflexões analíticas. Ao pensar sobre os momentos de construção da etnografia, na dificuldade de traduzir a fase da pesquisa de campo na fase da escrita, é que foi possível refletir sobre a atividade da escrita propriamente dita. A partir daí, as comparações em relação à produção textual no jornalismo foram se moldando de forma inevitável.

O texto, a escrita, as anotações são apontados muitas vezes como semelhanças entre as práticas jornalística e antropológica. É comum que nossas “fontes” ou “interlocutores” questionem o que estamos fazendo em campo justamente quando anotamos observações no “caderninho” – assim como nos episódios que escolhi para introduzir esse artigo. No entanto, o que é apontado como semelhança, à primeira vista, demarca fronteiras e define especificidades não só de método, mas também de natureza das duas áreas.

Esses mesmos distanciamentos podem apontar perspectivas para as duas práticas. De um lado, para o Jornalismo, um maior envolvimento na escuta das pessoas com quem se conversa para construir as notícias e, assim, abrir caminho para “descentrar o olhar e torná-lo permeável a pontos de vista, ângulos e vivências”, como já bem apontou

Cláudia Lago (2010). De outro lado, para a Antropologia, o compartilhamento da técnica de escrita pode auxiliar no planejamento e na estruturação de textos etnográficos.

Ainda que as duas áreas apresentem caminhos que podem ser lidos como potenciais diálogos, mais do que lições de como fazer ou melhorar os fazeres práticos, é possível estabelecer inspirações para ambas, sobretudo no que diz respeito a pensar reflexivamente as trajetórias e as experiências. Afinal, refletir sobre o que está sendo “anotado no caderninho” é colocar ênfase sobre o que as pessoas com que entramos em contato, sejam fontes, sejam interlocutores, nos colocam como questão e, desse modo, nos ajudam a pensar sobre métodos, objetivos e relações estabelecidas.

## Referências

- AGUIÃO, Silvia. Produzindo o campo, produzindo para o campo: um comentário a respeito de relações estabelecidas entre “movimento social”, “gestão governamental” e “academia”. *In*: CASTILHO, Sérgio; LIMA, Antônio; TEIXEIRA, Carla (Org.). **Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014. p. 115-126.
- BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica: as técnicas do jornalismo**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990.
- BERNARDES, Cristiane Brum. Critérios de noticiabilidade e pauta da mídia legislativa da Câmara dos Deputados. **Intexto**, v. 2, n. 25. p. 51-66, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão, seguido de A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- CLIFFORD, James. Poder e Diálogo na Etnografia: a iniciação de Griaule. *In*: CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: Antropologia e Literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998, p. 179-226.
- CODESSEIRA, Regina Helena Alves. **O lide na notícia jornalística impressa e suas estratégias interacionais**. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005, p. 140.
- DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo ou como ter Anthropological Blues. **Boletim do Museu Nacional**, n. 27, p. 1-12, 1978.
- DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

- DINES, Alberto. **O papel do jornal**: uma releitura. 7. ed. São Paulo: Summus, 2001.
- ENGEL BRONOSKY, Marcelo; SANTOS CARMO CABRAL, Lucas. 25 anos de teses e dissertações brasileiras sobre jornalismo na internet. **E-Compós**, n. 25, p. 1-22, 2022.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado (tradução de Paula de Siqueira Lopes). **Cadernos de Campo**, n. 13, p. 155-161, 2005.
- FOLHA DE SÃO PAULO. **Manual da Redação**: Folha de S. Paulo. São Paulo: PubliFolha, 2010.
- FOLHA DE SÃO PAULO. **Manual de Redação**: Folha de S. Paulo. São Paulo: PubliFolha, 2011.
- FRAGOSO, Mariana Pitasse. **Confiar, desconfiando**: Uma etnografia sobre ritos de confiança, relações políticas e redes de informação em um jornal alternativo. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2022, p. 192.
- FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A atualidade do Jornalismo**: bases para sua delimitação teórica. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003, p. 336.
- GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989, p. 13-41.
- LAGO, Cláudia. Ensinamentos antropológicos: a possibilidade de apreensão do Outro no Jornalismo. **Brazilian Journalism Research**, v. 6, n. 1, p. 156-170, 2010.
- MAGNANI, José Guilherme C. O velho e bom caderno de campo. **Revista Sexta-Feira**, v. 1, n. 1, p. 8-12, 1997.
- OLIVEIRA, Hebe Maria G. de. A natureza do furo de reportagem: da perspectiva histórica para uma construção teórica. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 5-20, 2014.
- PARK, Robert. A notícia como forma de conhecimento. In: STEINBERG, Charles S. **Meios de comunicação de massa**. São Paulo: Cultrix, 1976, p. 169-185.
- PEIRANO, Mariza. Antropologia política, ciência política e antropologia da política. **Comunicação apresentada no Grupo de Trabalho “Cultura e Política” do 20º Encontro Nacional da ANPOCS**. Caxambu, 1996.
- PEIRANO, Mariza. Etnografia, ou a teoria vivida. **Ponto Urbe**, ano 2, versão 2.0, 2008.
- PETROLA, José Ismar. A paródia de notícias como jornalismo conotativo: Proposta de um conceito. **E-Compós**, v. 25, p. 1-17, 2022.
- POSETTI, Julie; BONTCHEVA, Kalina. **Desinfodemia**: decifrar a desinformação sobre a Covid-19 (Resumo de políticas 1). Brasília: Unesco, 2020.

RODRIGUES LISBOA, Márcia; GOUVÊA PEREIRA, Allan de. Sob o olhar da desconfiança: jornalistas como alvo de desinformação na pandemia da Covid-19. **Mídia e Cotidiano**, v. 17, n.1, p. 32-57, 2022.

SILVA, Edílson Márcio Almeida. **Notícias da violência urbana – Um estudo antropológico**. Editora da UFF: Niterói, 2010.

SILVA, Gislene. Valores-notícia: atributos do acontecimento (Para pensar critérios de noticiabilidade I). **Anais do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2004. p. 1-17.

SIMÕES, Soraya. Ser, estar e escrever: o papel do etnógrafo e a etnografia “das margens”. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, v. 5, n 2, p. 41-56, 2015.

STRATHERN, Marilyn. **Fora de contexto: as ficções persuasivas da antropologia**. São Paulo: Terceiro Nome, 2013.

TRAVANCAS, Isabel. Etnografia da produção jornalística – estudos de caso da imprensa brasileira. **Brazilian Journalism Research**, v. 6, n. 2, p. 83-102, 2010.

TUCHMAN, Gay. **Making News: a study in the construction of Reality**. New York: Free Press, 1978.

URIARTE, Urpi Montoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos. **Ponto Urbe** [Online], n. 11, p. 1-13, 2012.

VELHO, Gilberto. **Um antropólogo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

ZENOBI, Diego. O antropólogo como “espião”: das acusações públicas à construção das perspectivas nativas. **Mana**, v. 16, n. 2, p. 471-499, 2010.